

Os novos movimentos sociais e a mídia: uma análise de conteúdo da representação do Defesa Pública da Alegria na Zero Hora e no Sul 21

Gabriela ASSMANN¹

Resumo

O presente artigo se propõe a entender a relação entre a mídia e os movimentos sociais. Para atingir este objetivo retomamos um breve histórico sobre o conceito de movimento social chegando aos Novos Movimentos Sociais, ideia proposta por Touraine (2009). A partir deste referencial teórico situaremos o Defesa Pública da Alegria neste cenário e faremos uma análise de conteúdo de notícias publicadas nos jornais Zero Hora e Sul 21 para ver de que maneira estes dois veículos representam o movimento.

Palavras-chave: Novos Movimentos Sociais. Defesa Pública da Alegria. Análise de Conteúdo. Zero Hora. Sul 21.

Introdução

Neste artigo nos propomos a entender a relação entre a mídia e os movimentos sociais. Para isto dividimos o artigo em três partes, visando proporcionar um entendimento completo acerca do assunto.

Em um primeiro momento faremos um breve histórico sobre movimentos sociais partindo das teorizações de Gohn (1997) e Goss e Prudêncio (2004). Ainda neste primeiro item, chegaremos à ideia de Novos Movimentos Sociais que buscaremos entender segundo Alain Touraine (2006, 2009), o propositor da ideia. Para fechar esta primeira parte situaremos o Defesa Pública da Alegria neste contexto e explicando porque ele pode ser considerado um Novo Movimento Social.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática, na Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: gabiassmann@gmail.com.

No segundo momento buscaremos entender melhor a relação entre mídia e movimentos sociais. Para isso trazemos o dispositivo do discurso político de Charaudeau (2008), buscando entender especialmente as instâncias cidadã e midiática. Além disso, examinaremos as noções de Chauí (2006) sobre a postura da mídia nos dias de hoje e de Bertrand (1999) sobre a deontologia das mídias, ou seja, a postura que seria ideal. É a partir deste referencial teórico que partem as categorias que nos servirão de análise no próximo item.

Para finalizar o artigo optamos por buscar entender esta relação através de uma parte empírica. Para isso fizemos uma análise de conteúdo de notícias publicadas nos jornais online Zero Hora e Sul 21 sobre o Defesa Pública da Alegria.

Após, apresentamos os resultados da análise e buscamos relacionar estes dados com o referencial teórico utilizado.

1. Do movimento social aos novos movimentos sociais: o Defesa Pública da Alegria

Antes de emprendermos a discussão que será o foco deste artigo consideramos que é primordial entender o conceito de movimento social e a transformação que estes movimentos sofreram ao longo dos tempos. Além disso, é necessário esclarecer de que movimento estamos falando aqui.

Em seu livro *Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*, Gohn (1997) conceitua os movimentos sociais como ações sociopolíticas que são construídas por atores coletivos e de diferentes classes sociais que atuam em uma conjuntura específica de relações de força na sociedade civil. Estas ações criam identidades em espaços não institucionalizados e geram transformações na sociedade.

Como nos explicam Goss e Prudêncio (2004), antes de chegar ao seu conceito a autora traça um histórico das teorias dos movimentos sociais e explica que as primeiras correntes abordavam as teorias da Mobilização de Recursos e da Mobilização Política. A autora aloca esta teoria dentro do paradigma norte-americano.

Já em um segundo momento ela explica que a teoria marxista clássica entendia os movimentos sociais basicamente como movimentos de luta de classe.

Touraine (2009) descarta estas noções de movimento social por entender que a nomenclatura às vezes é utilizada para nomear qualquer ação coletiva e tem como objetivo estudar apenas de que maneira são mobilizados os recursos. Para ele é necessário ir além e se questionar sobre a razão destes movimentos.

Porém, após fazer esta crítica a teoria, Touraine (2009) destaca a necessidade de repensar os movimentos sociais em um cenário onde o social está cada vez mais fragmentado. Por isso ele destaca que o conflito central dos movimentos sociais cada vez mais tem sido de ordem cultural e não social, visto que o que se encontra ameaçado é um modelo de cultura e de personalidade.

Partindo desta perspectiva ele teoriza, a partir de 1968, sobre os Novos Movimentos Sociais (NMSs), que teriam como objetivo organizar ações coletivas conduzidas na defesa de direitos culturais, ou seja, conduzidas por categorias culturais, como as mulheres e as minorias sexuais.

Ainda conforme a teorização do autor, os Novos Movimentos Sociais seriam um novo estágio qualitativo na cultura política econômica e objetivariam um ganho social mais direto do que os movimentos sociais do paradigma norte-americano e da teoria marxista. As contestações destes NMSs não buscam criar um novo tipo de sociedade, como buscava, por exemplo, a teoria marxista e o movimento operário, que queria o fim da sociedade de classes. Sobre isso Touraine (2009, p. 178) diz que “um conflito ou um movimento social, pois, só pode formar-se e desenvolver-se no contexto atual se ele for capaz de interpretar os dados subjetivos, e não somente as informações econômicas”.

Estes movimentos querem defender alguns direitos do homem, como o direito a livre expressão e a livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais e por meio disto transformar a realidade. Dessa forma, a luta não é para criar um modelo de sociedade perfeita, mas sim para democratizar as relações sociais. Podemos usar como exemplo o movimento LGBTTT que quer defender o direito à liberdade sexual e o movimento feminista que defende, entre outras coisas, a liberação do aborto para que as mulheres tenham o direito de decidir sobre o seu próprio corpo.

É crucial entender também que os Novos Movimentos Sociais estão centrados em questões identitárias e que a problemática do sujeito passa a ser tratada de forma diferente na teoria sociológica. Agora estes movimentos tendem a criar e politizar

espaços alternativos de luta - como a internet - e a reorientar e reorganizar a ação coletiva.

O essencial, aqui, é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada. Entendo que uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação (TOURAINÉ, 2006, p. 18 e 19).

Ou seja, para Touraine (2006) só há movimento social se a ação coletiva tiver um impacto maior que a defesa de interesses particulares e se esta se opuser a uma dominação que tenha impacto geral na sociedade. Ele ainda afirma que um movimento social é a combinação de um conflito que se dá contra um adversário social organizado e da referência comum que os adversários têm sobre um dado mecanismo cultural, sem o qual os dois não se enfrentariam.

Por isto precisamos entender os movimentos sociais como condutas coletivas e não como formas de evolução de um sistema. É necessário que nos coloquemos no ponto de vista dos atores que são conscientes do que tem em comum, mas também sabem por que estão em lados opostos.

Aqui, a mensagem vence o discurso; estamos falando de novos movimentos sociais, que ampliam a evolução desenhada depois de 1968, e que agora dão seu sentido a estes movimentos que, objetivamente falando, reivindicam a defesa de novos direitos humanos (TOURAINÉ, 2009, p. 184).

Dito isto, percebemos que entender o que significa indivíduo, sujeito e ator social para Touraine (2009) é crucial para o entendimento dos movimentos sociais. Para o autor, sujeito é aquele indivíduo que se percebe como sujeito de direitos e reconhece também os direitos dos outros indivíduos. Em um estágio posterior, estes sujeitos se aproximam de outros que tem as mesmas demandas e agem coletivamente, se constituindo em atores sociais. Para que existam movimentos sociais é necessário que haja atores sociais, sendo que atores sociais são aqueles que além de se reconhecer e reconhecer o outro como sujeito, age em prol de seus anseios. O autor esclarece, neste

sentido, que “um *movimento social*² se define pelos atores que o animam e querem mudar o uso que é feito dos principais recursos de uma sociedade” (p. 172).

Entendido isto vamos explicar o que é o Defesa Pública da Alegria e porque ele pode ser enquadrado no que Touraine entende por Novo Movimento Social.

1.1. O Defesa Pública da Alegria

A Defesa Pública da Alegria³ é uma manifestação artística, popular, apartidária e pacífica, em defesa da humanização da cidade. É um movimento que se propõe a “Defender a alegria como um princípio”, como diz Mario Benedetti. Localizado em Porto Alegre o movimento alega que a prefeitura está privatizando os espaços públicos da cidade, acostumando os moradores ao silêncio obrigatório e à onipresença das sirenes.

Alegam ainda que a prefeitura municipal é um desgoverno que só reprime e impõe, se negando a dialogar com a sociedade e com os movimentos. Dizem: “estão nos acostumando a uma sensação de impotência que pesa toneladas”⁴.

Dentre os questionamentos dos manifestantes estão: as desapropriações e a especulação imobiliária geradas pela Copa do Mundo; o toque de recolher na Cidade Baixa; a perseguição aos artistas de rua; a construção de um viaduto a beira do Guaíba; a concessão de 75% do Araújo Vianna, que era um lugar essencialmente público, para a Opus, empresa da RBS; a proibição de feiras ecológicas e solidárias no Largo Glênio Peres.

Com base nisto, o grupo se reuniu e se organizou principalmente por meio do *facebook* e realizou uma manifestação na Praça Montevideu, em frente à Prefeitura, no dia 4 de outubro, à partir das 16h. A manifestação ocorreu na semana da eleição e tinha como objetivo também demonstrar o repúdio pelas políticas do governo Fortunati.

² Grifo do autor

³ Para mais informações sobre o movimento consultar <http://www.facebook.com/defesadaalegria>

⁴ Trechos retirados do primeiro manifesto do movimento. Pode ser visualizado em <http://www.facebook.com/events/376482099096649/>. Acessado dia 13/12/2012

Durante toda a mobilização ocorrida pré-manifestação os organizadores faziam questão de deixar claro que o movimento era apartidário e que defendia, conforme Che Guevara, “não perder a ternura”. Militantes de partidos poderiam participar desde que não portassem bandeiras partidárias e não panfletassem durante a manifestação.

Como podemos observar, o Defesa Pública da Alegria pode ser considerado um NMSs à medida que preenche alguns requisitos de Touraine, conforme elencaremos a seguir:

a) movimento com foco em categorias culturais: não é um movimento que tem foco especificamente no social, mas sim no cultural, quando questiona, dentre outras coisas a perseguição a artistas de rua a privatização dos espaços públicos. Não se trata de uma luta entre diferentes classes, mas sim de uma luta entre diferentes culturas. Conforme Touraine (2009, p. 173)

os conflitos mais graves, aqueles que originam os movimentos sociais ou culturais, são aqueles que contrapõem num mesmo território dois tipos opostos de utilização dos recursos; o primeiro pensa em termos de troca, o segundo em termos de sentido simbólico e de valores não-negociáveis.

Esta ideia de Touraine se encaixa perfeitamente ao Defesa Pública da Alegria. Para exemplificar, o movimento entende que a ocupação das praças pelas pessoas e não pelas empresas é um valor não-negociável, já a Prefeitura entende este mesmo aspecto pelo viés da troca, fazendo acordos com empresas privadas como a RBS e a Coca-Cola e cedendo os espaços públicos para elas.

b) cria e politiza espaços alternativos de luta: o Defesa Pública da Alegria se propôs a utilizar espaços alternativos de luta desde o princípio, quando optou por utilizar o *facebook* para se organizar até o momento em que opta por ir para as ruas, fazendo com que a praça pública se transforme em um lugar de luta. Segundo Touraine (2009) estes novos instrumentos de comunicação, especialmente a internet, contribuem para formar novos movimentos de opinião que passam a questionar mais o sistema político e econômico.

c) coloca em causa um modo de dominação social generalizada e defende os novos direitos humanos: segundo os manifestantes o povo está dominado pelo poder instituído que cerceia a liberdade dos indivíduos quando cria um toque de recolher, quando se nega a debater com os movimentos... Desta forma, além de questionar uma

dominação social generalizada do Estado sobre o povo o movimento ainda defende os novos direitos humanos, partindo do pressuposto que a alegria é um destes direitos.

Portanto, embora ainda careça de maior organização o Defesa Pública da Alegria não deixa de ser um Novo Movimento Social que representa uma minoria, quando entendemos por minoria um grupo que tem em si o impulso da transformação, isto é, “como um fluxo de mudança que atravessa um grupo, na direção de uma subjetividade não capitalista” (SODRÉ, 2005, p. 12).

Ainda cabe ressaltar que entendemos minoria conforme Sodré (2005), como um lugar onde os fluxos de transformação de uma identidade ou de uma relação de poder se animam. Ser minoria então é recusar-se a consentir, é ser uma voz de dissenso que busca uma abertura contra-hegemônica na sociedade.

2. A mídia e os movimentos sociais

Nossa principal reflexão neste artigo é sobre a relação da mídia com os movimentos sociais. Para entender esta relação buscamos nos apoiar no pensamento de Charaudeau (2008) sobre o discurso político já que nossa análise terá por objetivo verificar a fala de dois veículos de imprensa.

Para entender o discurso político, como qualquer outro discurso, é necessário conhecer as pessoas que discursam, mas também conhecer as instâncias nas quais esse discurso é produzido, re-significado e reproduzido. Como explica Charaudeau (2008), conhecer as instâncias evita que cometamos erros extremos, como reduzir as explicações dos fatos apenas à personalidade psicológica e social dos atores que o produzem e também, o erro de interessar-se apenas pelas ideias veiculadas pelos discursos sem levar em conta a natureza das instâncias do dispositivo.

A primeira das instâncias que fazem parte do dispositivo e que explicaremos aqui é a instância política e a instância adversária. Nesta instância os atores tem o poder de decisão e de ação, bem como poder de manipulação. Aqui, os atores estão sempre em busca de legitimidade para poder ascender a esse lugar e nele permanecer, através de autoridade e credibilidade.

Esta instância é composta de um centro e vários satélites. O centro é constituído por representantes do Estado, dos governos, parlamentos, ou seja, por atores que possuam um cargo junto às instituições representativas.

Segundo o modelo proposto por Chauradeau (2008) os satélites são compostos de três círculos distintos. O primeiro, com mais proximidade do centro é composto pelos partidos políticos. O segundo círculo é composto pelas entidades que dependem do poder político em virtude do processo de nomeação para as chefias de diversos órgãos. O terceiro círculo é composto pelos organismos supranacionais, internacionais e não-governamentais, pois possuem relação de dependência, mas ao mesmo tempo de autonomia, visto que suas ações e atividades dependem, muitas vezes, das decisões tomadas pelo governo, porém, estão sempre buscando interferir nas decisões governamentais.

A instância adversária encontra-se neste mesmo lugar de governança, já que é movida pelas mesmas motivações. A única diferença da instância política é que esta é oposição ao governo, não possuindo governança no poder executivo ao qual faz oposição.

A segunda instância que faz parte do dispositivo é a instância cidadã. Nesta instância, a opinião se forma fora do governo. Esta possui um poder evidente, por via indireta, já que os atores buscam um saber para poder julgar as ações dos governos e escolher a quem apoiar ou criticar e assim questionar a legitimidade e credibilidade dos que ocupam a instância política.

Ela produz discursos de *reivindicação*, quando se trata de protestar contra determinadas medidas (ou omissões) políticas; de *interpelação*, quando se trata de exigir explicações ou atos; e também de *sanção*, quando se trata de eleger ou reeleger representantes do povo. (CHARAUDEAU, 2008, p. 58)

No modelo de democracia representativa – escolhemos, por meio do voto, representantes que, em tese, deliberam em nome de seus eleitores - em que vivemos são os atores dessa instância, os cidadãos, que, por meio do voto, definem quais serão os atores que participarão do círculo central da primeira instância – a política.

Essa instância é fragmentada pela diversidade de comunidades e percepções que cada grupo tem das outras instâncias. Na conjuntura que vivemos hoje, os movimentos

sociais se unem, apoiando-se em lutas semelhantes e agregando peso às suas manifestações.

Por fim, falaremos aqui sobre a instância midiática. Esta instância, bem como a cidadã, também está fora da governança. É aqui que ocorre o processo de mediação entre as outras duas instâncias já citadas. É por meio da mídia que as outras instâncias se unem. Os atores que compõem a instância midiática estão legitimados de antemão, já que ocupam o papel de comunicadores e, na mentalidade do grande público, devem passar informações neutras e imparciais à população. Porém, sabemos que essa visão de mídia imparcial é uma ilusão. O mercado de comunicação hoje está recheado de veículos tradicionais. Além disso, a internet nos oferta cada vez mais informação, acessível a todos que quiserem. Nesse contexto, os veículos devem se preocupar em atender seus interesses e também em disputar espaço nesse mercado.

É como Bertrand (1999) afirma. A mídia se constitui ao mesmo tempo em uma indústria, um serviço público e uma instituição política. Ele afirma que embora nem todos os meios de comunicação necessitem se constituir ao mesmo tempo nestes três aspectos, qualquer órgão de imprensa que mereça o olhar de cidadãos esclarecidos não podem se desfazer de nenhuma das três naturezas. Ainda neste sentido podemos trazer Silva (2002) quando ele diz que os sujeitos – individuais e coletivos – estão para a imprensa em duas condições distintas: a de consumidores – tanto de informações como de mercadorias – e a de cidadãos.

“Pode-se dizer que a instância midiática encontra-se em um duplo dispositivo: de *exibição*⁵, que corresponde à sua busca por credibilidade, e de *espetáculo*⁶, que corresponde à sua busca por cooptação” (CHARAUDEAU, 2008, p. 63). Neste trecho o autor explicita melhor o que buscamos discutir no parágrafo anterior. Para muitos espectadores, somente ter credibilidade não é suficiente, é necessário estar cada vez mais imerso nessa lógica de espetacularizar todos os processos, inclusive os políticos, em uma busca desenfreada por audiência.

Nos interessa particularmente neste artigo entender a relação entre a instância cidadã – onde se encontram os movimentos sociais – e a instância midiática. Para tanto examinaremos as noções de Chauí (2006) e Bertrand (1999). A primeira discorre sobre

⁵ Grifo do autor

⁶ Grifo do autor

a postura da mídia atualmente e o segundo sobre qual deveria ser esta postura. A partir daí elaboraremos as categoria de análise com base neste referencial teórico.

Portanto, começaremos por Chauí que faz um apanhado de qual tem sido o papel desempenhado pela mídia nos dias atuais. Segundo a autora, os meios já não informam mais. Em entrevistas, não se pergunta mais aos entrevistados o que eles pensam sobre os acontecimentos, mas o que sentem e o que acham. Esta mesma tendência pode ser observada nos jornais quando os articulistas já não informam, mas comentam sobre pessoas e lugares.

A autora ainda fala sobre o clássico *1984* de George Orwell e diz que o que é descrito na obra não se aplica somente a regimes totalitários, mas que

nos chamados países democráticos os procedimentos orwellianos são usados cotidianamente, diante de nossos olhos e ouvidos, não apenas enquanto ouvintes, telespectadores e leitores, mas de maneira mais assustadora quando somos protagonistas daquilo que o “formador de opinião” [...] descreve e narra e que nada tem a ver com o acontecimento ou o fato de que fomos testemunhas diretas ou participantes diretos (CHAUÍ, 2006, p. 11).

É neste sentido que podemos aproximar mais o trabalho de Chauí com este artigo, já que analisaremos notícias nas quais os formadores de opinião narram o acontecido. Buscaremos verificar qual foi o tratamento dado ao caso e se os veículos analisados tiveram uma postura responsável perante o fato e o movimento.

A lógica do mundo atual, na qual queremos ser informados o tempo todo, de maneira rápida, sobre o que está acontecendo em qualquer local do globo faz com que muitas vezes a informação perca qualidade, o que acaba resultando em alguns efeitos ruins, como a despolitização e a desinformação das pessoas.

Para que a mídia tenha mais qualidade, Bertrand (1999) propõe a ideia de deontologia das mídias, ou seja, um conjunto de princípios e regras estabelecidos pela profissão em conjunto com os usuários e que tenham por objetivo atender melhor às necessidades dos diversos grupos da sociedade. Trata-se de assegurar sua responsabilidade que é servir bem a população, ou seja, assegurar o cumprimento de sua função social primordial.

3. Como o Defesa Pública da Alegria é representado no Zero Hora e no Sul 21?

Para fins de análise observaremos alguns aspectos que retiramos do texto de Chauí (2006) e que podem ser interessantes para olhar nosso objeto. O primeiro aspecto é retirado por Chauí da obra “Viagem na irrealidade cotidiana” de Umberto Eco. Nesta, o autor apresenta “Dez Regras de Manipulação”. A que nos interessa é a primeira: “comente apenas o que se pode ou se deve comentar, ignorando todo o resto da notícia”. Sob este aspecto analisaremos as omissões que podem existir.

Nossos outros aspectos de análise partem do apanhado que Chauí (2006) faz de “Quatro argumentos para eliminar a televisão”, de Jerry Mander. Nele o autor estabelece algumas regras de transmissão. Entendemos que as regras escolhidas por nós também podem ser aplicadas aos jornais, não só a televisão, e por isso faremos a análise focando nestes aspectos. Foi a partir destas regras que estabelecemos nossas categorias para a análise de conteúdo. Estas regras são: 1) a guerra televisiva melhor do que a paz, ou seja, violência televisiva melhor do que não-violência. Para dar conta deste aspecto nos propomos a analisar as imagens das notícias, observando se dão ideia de violência ou de paz e qual o papel do movimento e da polícia no cenário. Então, as primeiras categorias são “violência” e em sua contraposição “alegria”, por se tratar da principal ideia do movimento. Entrarão nestas categorias adjetivações, expressões e imagens que dão a ideia de violência e alegria, sendo que quando for citado simplesmente o nome do movimento não enquadramos aqui.

2) é melhor transmitir organizações hierárquicas do que democráticas, pois as primeiras tem formas mais simples. Este aspecto ainda se refere às fontes. Observaremos quem tem mais espaço de fala, se são os manifestantes ou a polícia e a prefeitura, partindo do pressuposto de que o movimento é uma organização democrática e as outras duas são organizações hierárquicas. As categorias aqui serão “organizações democráticas” e “organizações hierárquicas”.

3) a expressão facial é melhor do que o sentimento: chorar televisiva melhor do que tristeza. Aqui será feita uma análise das fotografias que tem nas matérias. Observaremos a quantidade de imagens e o tom destas. A categoria aqui é “expressão facial”.

Assim, com base no referencial teórico adotado elaboramos cinco categorias: violência; alegria; organizações democráticas; organizações hierárquicas; expressão facial. A omissão será analisada a parte.

A escolha dos dois jornais para analisar se deu com base nas linhas editoriais dos dois veículos, que são bem distintas. Acreditamos que assim o artigo ficaria mais rico, já que poderíamos contrapor as notícias dos dois e ver se na prática as matérias são diferentes ou não.

O jornal Zero Hora é um veículo do Grupo RBS, o maior conglomerado de comunicação da região Sul do Brasil, que possui jornais, canais de televisão, rádios dentre outros. Sua linha editorial é baseada fortemente no localismo. Podemos dizer que se trata de um veículo hegemônico, por todas as coisas já citadas.

O jornal Sul 21 se propõe a ser “um jornal virtual diferente de tudo o que você já viu”. A linha editorial do jornal diz que o jornal tem como foco predominante os temas políticos, busca sempre a maior qualidade de informação; busca de rigor na análise; tem postura crítica frente às desigualdades. O foco do jornal é em questões relevantes para o desenvolvimento da sociedade no Século 21, especialmente política e cultura, através de um olhar crítico em relação aos significados trabalhados pela mídia tradicional.

O corpus é composto por 5 notícias do Sul 21 e 4 do Zero Hora. Para selecionar o corpus elaboramos uma linha do tempo dos acontecimentos e selecionamos uma notícia de cada um dos momentos que consideramos fundamentais na cronologia do acontecido. O primeiro momento foi a manifestação da Defesa Pública da Alegria, antes do confronto com a polícia⁷. O segundo foi sobre a manifestação pós-confronto⁸. O terceiro é sobre o momento em que sai o primeiro laudo sobre o ocorrido, constatando

⁷ As notícias analisadas foram: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/antes-da-repressao-alegria-prevalecia-em-ato-no-centro-de-porto-alegre/> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/10/manifestantes-protestam-contraprivatizacoes-em-frente-a-prefeitura-de-porto-alegre-3907237.html>

⁸ As notícias analisadas foram: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2012/10/protesto-na-capital-termina-em-confronto-com-a-policia-e-ataque-a-mascote-da-copa-3907570.html>

que o boneco não havia sido danificado⁹. O quarto momento é o indiciamento de dois manifestantes¹⁰. O quinto e último momento é o relatório da Ouvidoria que aponta que os excessos da Brigada Militar e da Guarda Municipal que causaram o conflito¹¹. Este fato só foi noticiado no Sul 21 e é por isso que a análise conta com 4 notícias da Zero Hora e 5 do Sul 21.

Os resultados apontam o que apresenta a tabela a seguir:

	Zero Hora	Sul 21
Violência	27	46
Alegria	3	15
Organizações hierárquicas	6	6
Organizações democráticas	3	7
Expressão facial	0	4

Tabela sobre a análise dos dados da Zero Hora e do Sul 21. Elaborada pela autora.

Podemos inferir pelos resultados que o Sul 21 fez mais uso de imagens que mostravam a expressão facial dos manifestantes talvez com o intuito de comover os leitores. A temática da “alegria” esteve mais presente no Sul 21, que na maior parte das vezes enfatizava o caráter alegre que tinha o movimento antes da ação policial. O Sul 21 também deu mais voz às organizações democráticas do que às hierárquicas e do que a

⁹ As notícias analisadas foram: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/boneco-da-copa-em-porto-alegre-nao-teria-sido-danificado-diz-delegado/> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/policia/noticia/2012/10/boneco-do-mascote-da-copa-estaria-intacto-afirma-delegado-3913504.html>

¹⁰ As notícias analisadas foram: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/11/policia-indicia-duas-pessoas-por-dano-a-patrimonio-durante-protesto-em-porto-alegre/> e <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2012/11/delegado-indicia-dois-manifestantes-por-dano-ao-patrimonio-publico-durante-confronto-no-largo-glenio-peres-3948480.html>

¹¹ A notícia analisada foi: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/ouvidoria-excessos-de-bm-e-guarda-municipal-causaram-conflito-em-porto-alegre/>

Zero Hora, que optou por ouvir fontes consideradas hierárquicas o dobro de vezes do que consultou as consideradas democráticas. Ainda cabe ressaltar que todas as categorias apareceram mais vezes no Sul 21, o que se dá pelo fato das notícias neste veículo serem maiores e mais completas.

Além disso, consideramos pertinente analisar a quem a violência se refere em cada um dos jornais, porque este é um apontamento importante e que evidencia de certa forma qual a linha editorial adotada pelo veículo. Podemos ver que conforme aponta a tabela abaixo os resultados são bem discrepantes. Enquanto na Zero Hora grande parte da violência foi atribuída aos manifestantes, no Sul 21 grande parte da violência foi atribuída aos policiais.

	Zero Hora	Sul 21
Manifestantes	14	9
Os dois lados	5	10
Polícia	8	27

Tabela que indica a quem a violência se refere na Zero Hora e no Sul 21. Elaborada pela autora.

Ainda segundo Bertrand (1999), a principal influência da mídia faz-se por omissão. O que ela não diz acaba por influenciar mais do que ela diz, já que a sociedade não é uma vítima da mídia, mas um usuário. Conforme demonstrado por nossa análise, a Zero Hora omitiu a notícia que informava sobre o relatório da Ouvidoria que apontou os excessos da Brigada Militar e da Guarda Municipal. Segundo o relatório foram os excessos destes dois órgãos que provocaram o confronto que terminou em uma “batalha campal”, como diz o Sul 21. Certamente omitir tal notícia não é uma postura que vai de acordo com a deontologia.

Considerações finais

Estes resultados nos apontam que as notícias dos veículos são diretamente influenciados por sua linha editorial e que o Sul 21 por ser um veículo independente se preocupa mais com a deontologia.

Neste sentido partilhamos da ideia de Bertrand (1999, p. 36) quando este diz que “não se pode admitir que um punhado de sociedades tomem conta de um serviço público crucial para explorá-la com finalidade somente lucrativa”, que não deixa de ser o que esta análise nos mostra.

Além disso, entendemos também os movimentos sociais tem assimilado novas características e novas formas de luta, democratizando e politizando espaços alternativos, conforme aponta Touraine (2009) em seu entendimento sobre os Novos Movimentos Sociais. O Defesa Pública da Alegria pode ser um bom exemplo destes NMSs.

Para finalizar, esta análise nos mostra que “ter uma imprensa a serviço da cidadania, no entanto, não pode ser apenas uma concessão da própria imprensa, uma dádiva de si própria para o público” (SILVA, 2002, p. 72). Partilhamos da ideia de Bertrand (1999) que afirma que há necessidade da regulamentação da mídia ser feita por três instâncias diferentes: leis; mercado e controle de qualidade.

Referências

- BERTRAND, Claude-Jean. **A deontologia das mídias**. Bauru: EDUSC, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOSS, K. P; PRUDÊNCIO, K. O conceito de movimentos sociais revisitado. In: **Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan-jul 2004.
- SILVA, Luiz Martins. Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora UNB, 2002.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. In: **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1. Brasília, jan-abr 2006.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar outramente: o discurso interpretativo dominante**. Petrópolis: Vozes, 2009.